



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2008

Estabelece diretrizes e critérios para o arbitramento previsto no inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

**Versão 2 minuta – 29-30/04/2008**

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**, no uso de suas competências conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e 9.984, de 17 de julho de 2000, bem como pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que compete ao CNRH arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme estabelecido no inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997; e

**Considerando que o termo arbitrar foi empregado pela Lei nº 9433, de 1997, no sentido de decidir, dentro do contraditório e do amplo direito de defesa,(FRED) NÃO APROVADO POR MAIORIA.**

**Considerando a necessidade de integração de informações sobre conflitos entre as instâncias de gestão do SINGREH,(JOÃO CLÍMACO) APROVADO POR MAIORIA**

~~Considerando a atribuição conferida à Câmara Técnica de Análise de Projeto do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para analisar e emitir parecer sobre eventuais conflitos relativos a projetos e ações em bacias, entre os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme estabelecido no inciso II do art. 2º da Resolução CNRH nº 8, de 21 de junho de 2000, resolve:~~

Art. 1º Estabelecer diretrizes e critérios para o arbitramento, pelo CNRH, de conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 2º Na hipótese da ocorrência de decisões conflitantes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos relativamente a um mesmo assunto, qualquer um dos Conselhos envolvidos poderá solicitar o arbitramento do CNRH sobre esse conflito.

Parágrafo único. O arbitramento do CNRH relativamente ao conflito suscitado se constitui decisão terminativa sobre o assunto, devendo ser acatado pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos envolvidos.

Art. 3º A solicitação de arbitramento de que trata o art. 2º desta Resolução deverá ser protocolizada na Secretaria Executiva do CNRH pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

interessado, devidamente fundamentada e assinada por seu Presidente, e ser instruída, no mínimo, com as seguintes informações e documentos:

- I- indicação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que proferiu a decisão considerada conflitante com a sua;
- II- descrição dos fatos e fundamentos objeto das decisões conflitantes;
- III- apresentação de cópia das decisões consideradas conflitantes;
- IV- apresentação de cópia do processo administrativo que originou a sua decisão, contendo todos os documentos necessários para a análise e arbitramento solicitados.

§1º Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, comunicará ao requerente para a complementação da documentação no prazo de trinta dias.

§2º Na hipótese de não atendimento do disposto previsto no 1 deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, arquivará a solicitação de arbitramento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, comunicando o requerente dessa decisão. **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

Art. 4º Após a protocolização a que se refere o art. 3º desta Resolução, e preenchidos os requisitos previstos naquele dispositivo, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará o Conselho Estadual de Recursos Hídricos cuja decisão está sendo contestada acerca do arbitramento solicitado.

§1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruída com cópia da documentação apresentada e estabelecer o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que o respectivo Conselho se manifeste sobre o conflito suscitado.

§2º A manifestação de que trata o §1º deste artigo deverá ser apresentada por escrito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no prazo referido, devidamente assinada pelo Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e ser instruída com a documentação descrita nos incisos III e IV do *caput* do art. 3º desta Resolução, ~~sob pena de indeferimento pela Secretaria Executiva do CNRH.~~ **(MÁRLEY) APROVADA POR UNANIMIDADE.**

§3º O processo deverá estar disponível no SNIRH, sem prejuízo de outras formas de divulgação. **(JOÃO CLÍMACO) APROVADO POR MAIORIA**

Art. 5º Após o recebimento da manifestação prevista no §2º do art. 4º desta Resolução, ou após transcorrido o prazo sem a sua apresentação, a Secretaria Executiva do CNRH deverá adotar o seguinte procedimento: ... ~~deverá encaminhar a solicitação de arbitramento para a câmara técnica competente.~~

~~Parágrafo único. Após a câmara técnica competente emitir seu parecer, a solicitação de arbitramento será encaminhada para a CTH, que também emitirá seu parecer para subsidiar a decisão do Plenário do CNRH.~~ **(WILSON AZEVEDO) APROVADA POR UNANIMIDADE. VER NOVA REDAÇÃO ABAIXO.**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

~~I- caso o conflito suscitado se refira a projetos e ações em bacias, o processo será enviado para apreciação pela Câmara Técnica de Análise de Projeto — CTAP, que emitirá parecer para subsidiar a decisão do Plenário do CNRH;~~

~~II- versando o conflito suscitado sobre qualquer outra questão não prevista no inciso I deste artigo, o processo será enviado para apreciação pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais — CTIL, que emitirá parecer para subsidiar a decisão do Plenário do CNRH.~~

§1º Após cumprido o disposto no *caput* art. 5º desta Resolução, após a emissão do parecer pela **câmara técnica competente**, o processo será enviado para apreciação pela CTIL, que analisará os aspectos legais e institucionais do conflito suscitado e emitirá parecer para subsidiar a decisão do Plenário do CNRH.

§2º A **câmara técnica competente** e a CTIL terão, cada uma, o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da solicitação para análise do processo, para emitir seus respectivos pareceres. **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

Art. 6º Com base nos pareceres da **câmara técnica competente** e da CTIL, bem como nas manifestações apresentadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos envolvidos, o Plenário do CNRH arbitrará o conflito suscitado, através de Resolução específica, indicando, quando for o caso, medidas e condições a serem observadas pelos Conselhos interessados.

Art. 7º No processo de análise e discussão do conflito suscitado, no âmbito das Câmaras Técnicas e do Plenário do CNRH, será garantido o direito de manifestação aos representantes legais dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos interessados.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MARINA SILVA**  
Presidente

**LUCIANO ZICA**  
Secretário Executivo